

Há um Portugal "para fora" e outro "para dentro" em matéria de direitos humanos

Lusa

Portugal projeta "para fora" uma imagem de "bom aluno" em matéria de direitos humanos, mas, "dentro", falta passar "da teoria à prática", salientam vários peritos.

Contactados pela Lusa a propósito da candidatura de Portugal ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), cujo resultado será conhecido no dia 21, especialistas na matéria assinalam as diferenças entre a imagem externa e a prática interna.

"Parece que temos dois países, é o país para fora e o país para dentro. O país para fora, o país do Conselho de Direitos Humanos, o país que vai representar Portugal nas Nações Unidas é uma coisa, ratifica os tratados, não tem reservas aos tratados, (...) é o bom aluno", elogia Catarina Albuquerque, relatora especial das Nações Unidas.

"Mas depois cá dentro...", distingue, dando como exemplo a Comissão Nacional de Direitos Humanos, uma "boa iniciativa para coordenar" as políticas, mas que "não tem um tostão".

A nível nacional, é preciso "um plano, com cabeça, tronco e membros" e "que seja financiado", sustenta a perita.

Se for eleito para o CDH, Portugal terá "um papel importante, de ponte entre Norte e Sul", mas não deve "perder o enfoque nos direitos económicos, sociais e culturais", apela, recordando que cada membro do organismo "tem margem para fazer propostas", devendo definir prioridades.

"Temos que ter a coragem política para olhar para as medidas de austeridade e ver qual é o impacto que elas tiveram, estão a ter e terão nos direitos humanos", afirma, reivindicando "especial atenção" para as pessoas mais vulneráveis. "Isso tudo tem que ser feito e não vê [acontecer]", lamenta.

"Se Portugal for eleito, tem de fazer em casa aquilo que depois pedirá lá fora", concorda Teresa Pina, diretora executiva da secção portuguesa da Amnistia Internacional.

A aplicação das medidas de austeridade, no contexto de crise, teve "um impacto negativo sobre o gozo dos direitos humanos, sobretudo sobre os direitos económicos e sociais, entre os grupos mais vulneráveis", reconhece.

Lembrando que "é uma obrigação internacional dos Estados" garantir que as medidas aplicadas não são "discriminatórias e não incidem sobre grupos já de si expostos", a Amnistia reivindica "uma avaliação retrospectiva", mas também preventiva, "para evitar que haja medidas que possam ferir os direitos económicos e sociais".

Em matéria de direitos humanos, Portugal precisa de "ir da teoria para a prática, não basta apenas adotar" tratados, são necessários "passos mais concretos", sustenta.

Falta uma "abordagem integrada e transversal" aos direitos humanos, sublinham Margarida Medina Martins e Alexandra Silva, da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

Os desafios atuais vão exigir de Portugal, e dos outros países que passarão a integrar o CDH, "uma estratégia mais coerente, mais integrada e mais verdadeira", antecipam.

Portugal revela "boas práticas" a nível "setorial", mas "isso não faz uma agenda nacional de direitos humanos", distinguem. Neste aspeto, Portugal ainda tem "um caminho muito grande para fazer", pois "não tem um plano nacional".

Como exemplo referem que "não há uma política de apoio às organizações da sociedade civil", verificando-se "uma grande diferenciação" entre as associações que prestam serviços, "controladas por lóbis enormes, nomeadamente ligados à igreja católica", e as restantes "troublemakers" [causadoras de problemas], que o Estado não vê como parceiras.

Mas a eleição de Portugal para o CDH trará "benefícios", pois organizações e cidadãos ficarão "legitimados para exigir mais", consideram.